



# FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

## AVISO PRÉVIO DE GREVE

Nos termos do Artigo 534.º do Código de Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro e do Art.º 396.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, 20 de Junho, o **Sindicato dos Médicos do Norte, Sindicato dos Médicos da Zona Centro, Sindicato dos Médicos da Zona Sul**, declaram **GREVE DOS MÉDICOS** integrados no seu âmbito estatutário, sobre a forma de paralisação total e com ausência dos locais de trabalho, nos seguintes termos:

### **A - Serviços Abrangidos**

Todos os serviços de saúde dependentes do Ministério da Saúde (designadamente hospitais e centros de saúde), Ministérios do Trabalho, Solidariedade, Emprego e Segurança Social, da Educação, da Economia, da Justiça, das Secretarias Regionais da Saúde das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, bem como em geral quaisquer entidades públicas ou privadas que tenham médicos ao seu serviço, independentemente do grau, função ou vínculo.

### **B - Período de Exercício do Direito à Greve**

Os médicos abrangidos pelo Pré-Aviso, paralisarão a sua atividade profissional entre **as 0 horas e as 24 horas de dia 15 de Fevereiro**.

### **C - Serviços Mínimos Indispensáveis à Satisfação de Necessidades Sociais Impreteríveis**

*Os serviços mínimos estão definidos no Aviso n.º 17271/2010, publicado na 2.ª Série do Diário da República, em 31 de Agosto de 2010, e no Acordo publicado no BTE n.º 31, em 22 de Agosto de 2010.*

1. Durante a greve médica, os serviços mínimos e os meios necessários para os assegurar são os mesmos que em cada estabelecimento de saúde se achem disponibilizados durante 24 horas aos domingos e feriados, na data da emissão do aviso prévio.

2. Durante a greve médica, os trabalhadores médicos devem garantir a prestação dos seguintes cuidados e atos:

- a) Quimioterapia e radioterapia;
- b) Diálise;
- c) Urgência interna;
- d) Indispensáveis para a dispensa de medicamentos de uso exclusivamente hospitalar;
- e) Imunohemoterapia com ligação aos dadores de sangue, recolha de órgãos e transplantes;
- f) Cuidados paliativos em internamento;
- g) Punção folicular que, por determinação médica, deve ser realizada em mulheres cujo procedimento de procriação medicamente assistida tenha sido iniciado e decorra em estabelecimento do SNS.

Os médicos participantes em concursos médicos, bem como aqueles que integram os júris respetivos não serão abrangidos pelo Aviso Prévio de Greve.

### **D - Objetivos da Greve**

O Sindicato dos Médicos do Norte, Sindicato dos Médicos da Zona Centro, Sindicato dos Médicos da Zona Sul, depois de consultarem a classe médica entendem convocar esta greve com os seguintes objetivos:

1 – Revisão da tabela salarial das categorias médicas, aplicando, desde já, um aumento geral de 4% como reivindica a maioria dos sindicatos da Administração Pública.

2 – Contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira.

3- Contagem de 2 pontos anuais para efeitos de progressão nas posições remuneratórias, face à não aplicação do SIADAP.

4 – Eliminação do SIADAP para os médicos, dado a impossibilidade da sua aplicação ao nosso sector profissional como se verificou nestes últimos 10 anos.

5- Passar das 18 horas de serviço de urgência semanal para as 12 horas.

6- Colocar as listas de utentes dos médicos de família no limite máximo de 1550 (1917 unidades ponderadas), permitindo uma maior e mais célere capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos e na marcação das consultas.

7- Estabelecer o estatuto de profissão de desgaste rápido e de penosidade acrescida para a carreira médica.

8 – Recusar a política de municipalização dos serviços de saúde.

9 – Defender o SNS (Serviço Nacional de Saúde).

10 – Apoiar uma nova Lei de Bases da Saúde que assegure o papel nuclear do SNS na prestação de cuidados de saúde aos cidadãos e que ponha termo à escandalosa promiscuidade de sectores prestadores e à parasitação crescente dos dinheiros públicos em benefício de accionistas de entidades privadas.

11 – Adoptar uma atitude, de princípio, de solidariedade sindical com outros sectores de profissionais dos serviços públicos, nos pressupostos que alguns dos problemas mais importantes são transversais e que exigem o respeito pelos valores essenciais da intervenção sindical, além de que o exercício do direito constitucional à greve não pode ser subvertido ou desprestigiado.

## **E - Outras Normas**

1. Todos os médicos podem aderir livremente à Greve mesmo os que não são sindicalizados, pois trata-se de um direito de exercício coletivo cuja declaração é da competência dos sindicatos.

2. Qualquer tentativa de violar este direito deve ser comunicada de imediato ao piquete de greve ou aos Sindicatos que acionarão os mecanismos legais e judiciais adequados, não devendo o médico em causa envolver-se em qualquer processo negocial individual.

3. A Greve suspende as relações de trabalho, nomeadamente no que refere à subordinação hierárquica e à remuneração, mas sem prejuízo da antiguidade, assiduidade e contagem de tempo de serviço

4. Os médicos em greve não devem comparecer ao serviço e, conseqüentemente não devem assinar as folhas de ponto nem escreverem Greve.

5. Os médicos escalados ou colocados nos serviços mínimos à satisfação das necessidades sociais impreteríveis que acima se identificaram em C, não fazem Greve assinando a folha de ponto e realizando a sua atividade normal.

6. Os piquetes de Greve indigitados e credenciados pelos Sindicatos deverão:

a) Esclarecer todos os colegas sobre as razões da Greve;

b) Todas as questões que possam levantar-se em relação à atividade do piquete devem ser de imediato comunicados aos Sindicatos;

7. Quaisquer dúvidas sobre a satisfação dos serviços mínimos indispensáveis à satisfação das necessidades

sociais impreteríveis serão resolvidas exclusivamente pelo piquete de Greve que pode, querendo, consultar as Direções dos Sindicatos.

8. Qualquer tentativa, por parte do Ministério da Saúde ou dos órgãos de gestão, de determinar outros serviços mínimos indispensáveis, que não os referidos em C, só deverão ser acatados pelos médicos, se previamente acordados entre o Ministério da Saúde e os Sindicatos Médicos, conforme determina a Lei da Greve.

Lisboa, 28 de Janeiro de 2019

P'los Sindicato dos Médicos do Norte, Sindicato dos Médicos da  
Zona Centro e Sindicato dos Médicos da Zona Sul